

**LEI Nº 5.759/2017**

**Estabelece condições para concessão dos benefícios eventuais da política de assistência social. “Auxílio Morte”, no município de Cariacica e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA:** Faço saber que a Câmara aprovou, o Prefeito vetou nos termos do art. 57, § 2º da Lei Orgânica do Município de Cariacica e eu, Presidente da Câmara, nos termos do art. 57, § 8º da Lei Orgânica do Município de Cariacica **PROMULGO** a seguinte Lei:

**Art. 1º** A assistência social, é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

**Art. 2º** Estabelece condições para a concessão dos benefícios eventuais, nos termos da Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, art. 22, §§1.º e 2.º.

**Art. 3º** O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica, de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

**Parágrafo Único.** Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações vexatórias ou de constrangimento.

**Art. 4º** O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

**Art. 5º** Para ter direito a qualquer dos benefícios eventuais, **a renda mensal per capita deve ser igual ou inferior a 2/4 (dois quarto) do salário mínimo.**

**Art. 6º** O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia, por uma única parcela, ou em bens de consumo, para reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

**Art. 7º** O alcance de auxílio funeral, conforme o caso consistirá em:

- I – custeio das despesas de urna funerária;
- II – custeio de necessidades urgentes da família para enfrentar os riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros;
- III – ressarcimento no caso de perdas e danos causados pela ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.
- IV - O custeio de despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
- V - Transporte funerário;
- VI - Utilização de capela;
- VII - Isenção de taxas;
- VIII - colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

**Parágrafo Único.** A concessão do auxílio funeral em pecúnia ou em bens de consumo deve se dar de forma uniforme e igualitária para todas as famílias beneficiadas, segundo critérios a serem definidos em resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

**Art. 8º** O auxílio funeral poderá ocorrer em pecúnia ou na prestação de serviços.

**Art. 9º** O requerimento e a concessão do auxílio funeral deverá ser prestado com plantão 24 horas, diretamente pelo órgão gestor ou indiretamente, em parceria com os outros órgãos ou instituições.

**§1º** Em caso de ressarcimento das despesas previstas no inciso III do artigo 6º, a família pode requerer o benefício até trinta dias após o funeral.

**§2º** O auxílio funeral, em caso de ressarcimento, deve ser pago até trinta dias após o requerimento.

**§3º** O pagamento do ressarcimento será equivalente ao valor das despesas previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do artigo 7º.

**Art. 10.** O auxílio funeral será devido à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

**Art. 11.** O auxílio funeral pode ser pago diretamente aos pais, parente até segundo grau ou pessoa autorizada, mediante procuração.

**Art. 12.** Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao Município informações sobre irregularidades na execução dos benefícios eventuais bem como avaliar e reformular, a cada ano, o valor do auxílio funeral que deverá constar na Lei Orçamentária do Município.

**Art. 13.** As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Assistência Social, a cada exercício financeiro.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15.** Revogam-se as disposições em contrário.

Cariacica/ES, 03 de julho de 2017.

**ANGELO CESAR LUCAS**  
**Presidente**